



Resumo de Notícias

22/01/2015 - Instituto Telecom

Ministério da Justiça lança consulta do Marco Civil na próxima quarta, 27

O Ministério da Justiça deve anunciar, na próxima quarta, dia 27, a minuta para consulta pública da regulamentação do Marco Civil da Internet, especificamente em relação ao artigo 9, que trata da neutralidade de rede. A proposta deveria ter entrado em consulta no ano passado, mas o cronograma foi suspenso por conta de alguns impasses e pela reforma ministerial.

Para o setor de telecomunicações, há algumas questões importantes que devem surgir na consulta. A primeira é em relação ao papel da Anatel na regulamentação. A prevalecer o que havia sido acordado entre os ministérios no ano passado, quando a consulta foi colocada na gaveta, a agência deve ficar com um papel relevante na regulação das questões técnicas,

mas terá que observar diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor da Internet.

Mas um dos pontos que podem despertar mais discussão é em relação aos acordos comerciais entre provedores de serviço OTT e empresas de infraestrutura, como os acordos de zero rating. Não se sabe a que nível de detalhes o Ministério da Justiça vai descer nessa regulamentação, mas a tendência é que o texto seja amplo e pouco específico, o que deixaria o assunto aberto para interpretações posteriores. A questão é saber quem será o árbitro nesses casos, já que havia dúvidas sobre o alcance dos poderes do Cade, Anatel, Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ) e do próprio CGI em arbitrar esses casos.

22/01/2015 - Teletime

Cisco defende diferenciação entre OTTs e teles

Em sua contribuição à consulta pública da revisão do modelo de telecomunicações, a fornecedora norte-americana Cisco focou no fomento à banda larga por meio de incentivos da política pública e, com isso, a promoção de um ecossistema competitivo e dinâmico. Mas, sobretudo, defendeu que as over-the-top (OTTs) não podem ser consideradas substitutas aos serviços tradicionais, e nem podem ser equiparadas. "Os serviços de OTT não possuem recursos de numeração, espectro ou acesso à infraestrutura", defende a empresa.

Na visão dela, o próprio mercado das OTTs é diferente e "muito mais competitivo", já que as empresas podem ser "facilmente substituídas por novos prestadores a todo o tempo", argumento semelhante ao apresentado pelo Facebook em sua contribuição. A Cisco também ressalta que os serviços over-the-top acabam beneficiando "tremendamente" as teles em termos de receitas, assinantes, valor e alcance da

infraestrutura.

A companhia acredita que as receitas de dados têm compensado as perdas com serviço de voz. Ou seja: "são uma das principais razões pela qual os usuários pagam por serviços de telecomunicações para acessar os serviços de Internet, gerando assim uma situação de ganha-ganha". A recomendação é de, em vez de impor novas regulações para as over-the-top, que se trabalhe em modelo regulatório com menos obrigações aos detentores de redes.

O documento, assinado pelo diretor de relações governamentais da Cisco Brasil, Giuseppe Sidrim Marzara, finaliza com o pedido de estímulo para "novos modelos de negócios, opções de preços e pacote de serviços". A empresa acredita que, com menos regulamentação, o País terá um ambiente favorável à inovação, gerando ganhos para as operadoras e para as OTTs.



Resumo de Notícias

22/01/2015 - Telesíntese

Para IDEC, prazo da consulta sobre novo Marco Legal de telecom foi insuficiente

Com o fim do prazo dado pelo governo para a consulta pública sobre a criação de um “ novo marco regulatório para as telecomunicações ”, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) expôs suas contribuições realizadas durante o processo. Não sem antes criticar a pressa com que a consulta foi realizada e propor uma segunda fase da consulta pública ainda neste ano, a partir de uma proposta de reforma da Lei Geral de Telecomunicações apresentada por parte do governo. Na visão da associação, o prazo da consulta impossibilitou que os pontos da Lei Geral de Telecomunicações (LGT) fossem discutidos de modo transparente pelo governo.

Segundo o pesquisador em telecomunicações do Idec, Rafael Zanatta, é preciso aprofundar a discussão em um segundo momento “ para considerar a complexidade dos instrumentos regulatórios que o Estado pode utilizar e as questões estratégicas ligadas ao controle da infraestrutura de internet banda larga, que podem ficar nas mãos de poucos grupos econômicos, gerando controle de mercado e aumento de preços ”.

Em sua contribuição, o Instituto considerou as discussões realizadas com as ONGs da campanha Banda Larga é Um Direito Seu, bem como debates com o Grupo de Trabalho

em Telecomunicações da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), da qual o Idec faz parte desde 2015.

Com relação à banda larga móvel, utilizada em aparelhos celulares, o Instituto argumentou, em sua contribuição, que a ampliação de tais serviços deve ser acompanhada de novas regras para simplificação da cobrança de serviços relacionados ao uso de internet no celular, evitando casos de cobranças abusivas de valores desconhecidos pelos consumidores.

O Idec é contrário às propostas feitas por grandes empresas de telecomunicações de eliminação do regime público, extinção das obrigações de ampliação do acesso a tais serviços e fim do modelo de bens reversíveis. A associação defendeu que a internet de banda larga seja considerada um “ serviço essencial ” para que o regulador mantenha os objetivos de universalização (principalmente em regiões menos favorecidas, onde há pouco investimento por empresas do setor).

Além disso, propõe que os instrumentos regulatórios voltados a metas de qualidade considerem a taxa de judicialização de conflitos e o número de reclamações de consumidores como indicadores da baixa qualidade do serviço de internet no Brasil.

25/01/2015 - Instituto Telecom

Neutralidade de rede: regulamentação entrará em consulta pública na semana que vem

O Ministério da Justiça deve anunciar, na próxima quarta, dia 27, a minuta para consulta pública da regulamentação do Marco Civil da Internet, especificamente em relação ao artigo 9, que trata da neutralidade de rede. A proposta deveria ter entrado em consulta no ano passado, mas o cronograma foi suspenso por conta de alguns impasses e pela reforma ministerial.

Para o setor de telecomunicações, há algumas questões importantes que devem surgir na consulta. A primeira é em relação ao papel da Anatel na regulamentação. A prevalecer o que havia sido acordado entre os ministérios no ano passado, quando a consulta foi colocada na gaveta, a agência deve ficar com um papel relevante na regulação das questões

técnicas, mas terá que observar diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor da Internet.

Mas um dos pontos que podem despertar mais discussão é em relação aos acordos comerciais entre provedores de serviço OTT e empresas de infraestrutura, como os acordos de zero rating. Não se sabe a que nível de detalhes o Ministério da Justiça vai descer nessa regulamentação, mas a tendência é que o texto seja amplo e pouco específico, o que deixaria o assunto aberto para interpretações posteriores. A questão é saber quem será o árbitro nesses casos, já que havia dúvidas sobre o alcance dos poderes do Cade, Anatel, Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ) e do próprio CGI em arbitrar esses casos.



Resumo de Notícias

23/01/2016 - Rede Brasil Atual

Entre o 1% mais rico do planeta, exploração e trabalho escravo

"Elite da elite", entre as 62 pessoas que detêm fortuna maior do que o patrimônio de 99% da população mundial estão banqueiros e donos de empresas conhecidas por péssimas condições de trabalho

Um estudo da organização não governamental Oxfam, divulgado na segunda-feira 18, dois dias antes do início do Fórum Econômico Mundial de Davos, revelou que a riqueza acumulada por 1% da população mundial, os mais ricos, superou a dos 99% restantes em 2015. Somente as 62 pes-



soas mais ricas do mundo detêm tanto capital quanto a metade mais pobre da população mundial. Neste grupo, estão incluídos banqueiros, donos de empresas conhecidas pela exploração abusiva de mão de obra e empresários que fizeram fortuna com a exploração de recursos naturais finitos.

Os Koch e os Walton

Entre os 62 mais ricos, duas famílias têm especial destaque: os Koch e os Walton. A primeira é representada na lista pelos irmãos David (US\$ 72,9 bilhões) e Charles (US\$ 42,9 bilhões), respectivamente terceiro e sétimo colocados no ranking. Sócios, são conhecidos por financiarem institutos conservadores e organizações liberais em todo o mundo. Em março de 2015, a revista Carta Capital abordou uma possível conexão entre o Movimento Brasil Livre (MBL), que defende o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e a organização Students for Liberty, financiada pelos Koch.

Entusiastas do "Estado mínimo", os Koch possuem refinarias em vários estados dos EUA, seis mil quilômetros de oleodutos, madeireiras, indústrias de papel e celulose e a Invista, ex-divisão de fibras têxteis da DuPont, dona das marcas Lycra e Cordura. Proprietários de

diversas empresas que exploram recursos naturais finitos, naturalmente os irmãos refutam qualquer estudo que indique a influência da humanidade no aquecimento global.

O patriarca, Fred Chase Koch, que faleceu em 1967, era um admirador de Benito Mussolini e foi um dos fundadores da orga-

nização ultradireitista John Birch Society, que combateu duramente a lei dos direitos civis nos EUA, instituída pelo presidente Lyndon Johnson nos anos 1960.

Já os Walton, família fundadora da maior rede de varejo do mundo, o Walmart, conta com quatro representantes entre os 62 mais ricos do mundo: Christy Walton (8º - US\$ 41,7 bilhões), Jim Walton (9º - US\$ 40,6 bilhões), Alice Walton (11º - US\$ 39,4 bilhões) e Samuel Robson Walton (12º - US\$ 39,1 bilhões).

Enquanto o clã Walton está no "topo do mundo", os funcionários do WalMart não possuem sequer condições de trabalho dignas. Em outubro de 2013, a rede varejista foi condenada a pagar R\$ 22,3 milhões em indenização por danos morais coletivos aos seus trabalhadores no Brasil, a maior penalidade do tipo imposta a uma empresa até então no país. Na denúncia, funcionários relataram humilhações, xingamentos constantes, preconceito racial e a imposição de cantar hinos motivacionais e dançar nas reuniões. A rede limitaria até mesmo as saídas ao banheiro.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/01/entre-o-1-mais-rico-do-planeta-exploracao-e-trabalho-escravo-2522.html>



Resumo de Notícias

25/01/2016 - Vermelho

Autonomia do BC não é para fazer apenas o que o mercado quer

Se pressão política funcionasse para o Banco Central não teríamos uma taxa estratosférica de juros básicos em nosso país. A maior prova de autonomia do Banco Central está na taxa Selic de 14,25% ao ano, a maior de todas as economias do mundo. E que até agora foi pouco eficiente no controle da inflação, posto que esta não é de demanda. Funcionou para o câmbio e para assegurar investimentos estrangeiros no país.

Não há descontrole nas contas públicas, o que há é um impacto enorme, quase um dreno, das contas de juros. Não há descontrole nas contas públicas, o que há é um impacto enorme, quase um dreno, das contas de juros. Diante disso, chega a ser ridículo o esforço dos operadores do mercado, louvados por parte da imprensa, para imputar ao Banco Central perda de autonomia, fraqueza.

Economistas renomados e ortodoxos vinham defendendo com insistência a estabilidade da Selic. Como dar mais importância à opinião de operadores financeiros, interessados imediatos em ganhos rápidos nas aplicações de mercado, e desconsiderar o que está acontecendo na economia mundial, com o impacto da queda do preço do petróleo e o enfraque-



cimento da economia chinesa?!

A autoridade monetária foi avisada pelo FMI e recebeu informações importantes durante a reunião do BIS (Bank for International Settlements), nos dias 9 e 10 deste mês em Basileia na Suíça, sobre a situação crítica da economia internacional e, por consequência, da nacional. Conjuntura mudada e a decisão deveria continuar a mesma

a título de resguardar a credibilidade de uma instituição? Ora, credibilidade não se sustenta com decisões erradas.

A arrecadação tributária do governo foi fortemente afetada pelo desempenho fraco da economia. Isso nada tem a ver com a tese da dominância fiscal. Não há descontrole nas contas públicas, o que há é um impacto enorme, quase um dreno, das contas de juros. Podemos cortar todas as outras despesas que não equilibraremos a política fiscal se a política monetária continuar nessa toada.

O reposicionamento do Banco Central foi correto, e ainda teve a elegância, quase caridade, de avisar o mercado antes da decisão. Errática, como atacam alguns, é a posição daqueles que apostam contra o país.